



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

CONSTRUÇÃO DE REDES E INCLUSÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO CITRÍCOLA PAULISTA

**LUIZ MANOEL ALMEIDA; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE; ANA
CLAUDIA VIEIRA;**

UNIARA

ARARAQUARA - SP - BRASIL

manoel77@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

CONSTRUÇÃO DE REDES E INCLUSÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO CITRÍCOLA PAULISTA

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é apresentar e discutir alternativas no âmbito das políticas públicas e da organização dos produtores que possam se contrapor ao processo de exclusão social dos pequenos produtores de laranja vem sofrendo na dinâmica atual da rede citrícola paulista e, ao mesmo tempo, possam enfrentar o aviltamento das condições de trabalho dos trabalhadores assalariados rurais, o que tem ocorrido através da chamada flexibilização dos direitos trabalhistas.

Nesse contexto, o presente trabalho aborda o sistema de consórcios de produtores rurais, como novo modelo organizacional coletivo na dinâmica da rede citrícola paulista. Tem como objetivo central analisar a atuação dos consórcios de produtores na estrutura de dominância da rede citrícola paulista tendo como norte sua contribuição para o aumento dos recursos de poder dos atores excluídos. O presente trabalho analisa o conjunto dos recursos de poder de um consórcio localizado na microrregião de Novo Horizonte-SP, que se apresenta como um modelo ideal, pois apresenta elementos que se cristalizam em alternativas efetivas de inclusão social.

Finalmente, remete-se a discussão de redes alternativas de capital social no território citrícola paulista, no âmbito das políticas públicas de segurança alimentar local. Tomo como princípio que a segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, de forma abarcar não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Palavras chaves: Redes de Poder; Instituições; Consórcios Rurais; Capital Social; Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Citricultores.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta e discute a construção de redes de cooperação e proteção social no território citrícola paulista em torno dos consórcios de produtores rurais e das políticas públicas de segurança alimentar local. As redes apresentadas baseiam-se na execução de políticas

de fortalecimento e de qualificação das estruturas internas de um território produtivo (no caso o citrícola), de modo que visa à consolidação de um desenvolvimento local e/o regional, o que permite criar condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas redes alternativas, estas são fatores importantes para o desenvolvimento do capital social e de outros recursos de poder dos atores excluídos.

O embasamento teórico-metodológico encontra-se na abordagem de redes de recursos de poder, e com estas foi estabelecido um diálogo com a teoria de redes de capital social, a qual é apresentada como um complemento para a discussão.

Nesse contexto, o sistema de consórcios de produtores rurais é tratado como redes de cooperação social cujo objetivo encontra-se na contribuição para o aumento dos recursos de poder dos atores excluídos. No desenvolvimento do trabalho foram encontrados contrapontos na atuação dos consórcios, que se expressam em duas formas possíveis: **modelos ideais de consórcios**, os quais abarcam o conjunto de recursos (jurídicos; organizacionais; tecnológicos; econômicos; sociais e simbólicos) de forma intensa, próxima do “ideal”; e **práticas espúrias**, que não se cristalizam em elementos com suporte, pois não se consolidam em alternativas efetivas de inclusão social, porém apresentam um conjunto de recursos ínfimos de poder. O presente trabalho analisa o conjunto dos recursos de poder de um consórcio localizado na microrregião de Novo Horizonte-SP, que se apresenta como um modelo ideal, pois apresenta elementos que se cristalizam em alternativas efetivas de inclusão social.

Este trabalho também trata da formação de uma rede de proteção social em torno da temática da segurança alimentar local. Avalia, portanto, as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, como também analisa as condições de renda e de emprego de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais, que se encontram envolvidos com a produção alimentar.

Finalmente, o presente capítulo refere-se à discussão de uma experiência de segurança alimentar, no município de Bebedouro-SP, no qual a Prefeitura desenvolveu um programa de inclusão do suco de laranja natural pasteurizado na merenda escolar durante o período 2002/2004. O resultado mais promissor foi o início da formação de uma rede de capital social local, que envolveu pequenos citricultores do município, trabalhadores rurais com direitos trabalhistas garantidos, uma pequena processadora de suco de laranja, órgãos e agências públicas municipais, universidades e entidades civis locais. Esse caso, ocorrido no centro do território citrícola brasileiro, demonstra como mecanismos institucionais desenvolvidos por meio de políticas públicas participativas e organizações municipais podem promover o desenvolvimento rural, com possibilidades de inclusão social. No caso em questão, isso ocorreu com pequenos citricultores e trabalhadores rurais, nota-se que houve a consolidação da rede de capital social. Esse fator envolveu características sociais positivas dos indivíduos, como cooperação, transparência, reputação, legitimidade das relações sociais em rede

2. Contornos teórico-metodológicos do trabalho: a abordagem de redes de recursos de poder

A abordagem de redes de poder compõe um espectro da teoria institucional, a qual trata a organização como uma arena de interesses e valores conflitantes, constituída pela luta de poder (PAULILLO, 2001).

Para Foucault (1989) não existe uma teoria geral do poder, pois o poder aparece de diferentes formas no curso da história. O estudioso ressalta que o poder em si não existe, senão como prática, como relação, como um exercício, de forma que o poder não apreça a ninguém e não está em algum lugar, mas em toda estrutura social, o que significa que seu caráter relacional

implica que as lutas de resistência ou busca de recursos somente podem ser desenvolvidas no interior das redes de poder.

Os recursos de poder podem não ser empregado pelos autores com o devido grau de habilidade estratégica, o que facilitará a formação de redes pouco estruturadas e hierarquizadas (PAULILLO, 2001). Nesse caso, constituem-se redes frouxas e difusas, que são menos institucionalizadas e integradas. Isso ocorre com mais frequência quando a relação entre os integrantes não é formalizada, no caso das redes sociais. Nesse caso, a coordenação das redes se baseia em mecanismos informais, caracterizados pela ausência de contratos ou por contratos formais que apenas especificam serviços, mas não se referem à organização do relacionamento entre empresas.

As organizações informais podem ser representadas por cooperações sociais ou acordos de serviços e caracterizam o tipo de redes sociais, as quais não são regidas por nenhum tipo de contrato formal ou, quando a formalização ocorre, simplesmente faz referência à especificação de serviços negociados. Essas relações acontecem em pólos ou distritos industriais, câmaras técnicas, comitês de bacias hidrográficas, gestões participativas (Paulillo, 2002) e, atualmente, na maioria dos consórcios existentes no território citrícola. Portanto, diversas redes existem sob estruturas formais e informais de governança, sendo que todas elas operam em função de recursos de poder.

Os *recursos de poder* correspondem ao controle de cada ator sobre os recursos constitucionais, jurídicos, financeiros, organizacionais, tecnológicos, simbólicos, de informação e sociais, seja o controle direto, pela interação com outros atores, ou seja ela ajuda de políticas estatais e não-estatais. São muitos os fatores que podem apontar esses recursos, como a redução dos custos de produção e transação, a concentração industrial, o montante de ajudas e subsídios concedidos, o volume de produção agrícola controlado pelas empresas, o tamanho e a produtividade das explorações agrícolas, o controle do mercado externo e do mercado interno, a legitimidade de cada ator na rede, o capital social de cada ator, etc.

Esse balanço de poder entre os atores participantes da rede permite determinar a sua densidade institucional, isto é, a intensidade do processo de interação estratégica na rede, medida pelas ações adaptativas dos atores coletivos. Assim, quanto menor o poder de coordenação de cada ator e quanto menor a capacidade de adequar seus interesses às regras e normas impostas pela estrutura de oportunidades criada, menor a intensidade da interação estratégica na rede, o que significa uma maior instabilidade institucional.

A interação estratégica é desigual porque os recursos de poder geralmente são distribuídos de forma desigual entre os membros da rede. E a representação de interesses também é desigual, principalmente em economias de forte heterogeneidade estrutural como a brasileira. A intensidade de poder de negociação ou de barganha de cada ator começa a se definir a partir de certas características individuais, como a reputação, a informação, habilidades de negociar etc. Entretanto, as conexões de cada rede também influenciam a desigualdade de poder entre atores, através de regra, da centralidade, intensidade e velocidade das operações. As características dos membros e das conexões revelam interdependência que se estabelece, pautada em busca de recursos de poder e na representação de interesses.

A tabela 1 apresenta os elementos que podem caracterizar uma rede e influenciar o poder de cada ator envolvido.

TABELA 1 – Características da rede de poder (*Policy Network*).

<i>Características dos membros</i>	<i>Características das conexões</i>
1. Conhecimento/informação	1. Regras

2. Legitimidade	2. Centralidade
3. Reputação	3. Intensidade
4. Cooperação	4. Velocidade
5. Habilidade direta e indireta para mudança	5. Formalidade

Fonte: DOWDING (1995:15).

As características dos membros e das conexões revelam a interdependência que se estabelece, pautada na busca de recursos de poder (constitucionais, jurídicos, econômicos, políticos, organizacionais, tecnológico, sociais e simbólicos) e na representação dos interesses. No caso do conhecimento ou informação, a interdependência é revelada porque a capacidade cognitiva de cada ator, seus critérios, modo de apreciação e rotinas setoriais a que se submete, proporcionam uma forma de inserção específica na rede. Essa inserção tem um efeito nos demais atores conectados, que reagem ativamente ao mundo circundante. No caso da legitimidade, a interdependência é revelada porque há um reconhecimento manifesto no interior da rede de que as ações de uma organização ou grupo de interesse são autênticas.

Daí decorre a reputação de cada membro (individual ou coletivo), determinada pelos recursos de poder conquistados, pela concessão estatal de status público e a chancela dos demais atores privados de suas capacidades de representação e de aglutinação. As habilidades diretas dos membros decorrem de suas especialidades, como o controle de gestão e a integração vertical. As habilidades indiretas decorrem de algo que não foi desenvolvido especificamente pelo ator, embora não o impeça de aproveitar (externalidades positivas, condições naturais etc.), tanto as habilidades diretas como as indiretas influenciam as interações em rede

Denota-se então que o poder de um membro é dependente dos recursos de poder de outros membros e do tipo de relação que eles possuem. De maneira similar, as características das conexões entre os segmentos da rede também revelam a interdependência, porque influenciam a distribuição dos recursos de poder e as formas de representação dos interesses. O conjunto de regras e de normas atua de modo decisivo na formação do ambiente institucional de cada rede e, conseqüentemente, influencia os graus de centralização das operações (elevada ou baixa) e de envolvimento dos atores (poucos ou muitos). Essas operações podem ocorrer com maior ou menor intensidade.

As conexões podem ser formais (em contratos ou em integração vertical) ou informais (em cooperação social e em serviços acordados), o que permite definir a natureza da rede da qual está se tratando.

De acordo com Reed (1998; p.75):

“... os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência”. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que faz a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado”.

Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e de mudança na própria estrutura de governança das redes.

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de *status* público atribuído pelo Estado, como forma de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos. O poder de

representação relaciona-se com a reputação dos atores, pois quanto mais um ator dispõe de um conceito positivo perante os demais integrantes de uma rede, mais terá poderes para a representação. Dessa forma, cria-se uma relação de dependência do poder de representação em relação à legitimidade obtida por meio da atribuição do *status* público concedido pelo Estado, assim como da reputação, dada pelo reconhecimento dos demais atores da rede. A partir do poder de representação atingido pelo ator, fica estabelecida sua participação nos arranjos formados na rede. Já o poder de aglutinação de um ator é determinado por sua capacidade de reunir os membros da cadeia. Haverá o reconhecimento desse poder quando o ator, seja ele coletivo ou individual, tiver êxito na aglutinação de todos ou de grande parte dos membros potenciais. Para isso deve-se considerar o volume de associados, em relação à totalidade potencial, à dispersão dos interesses desses membros, à dispersão territorial, à frequência dos atores nas reuniões e assembléias, assim como no referente ao apoio ou ao reconhecimento dos elementos participantes da conduta e dos procedimentos tomados.

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, em incentivos fiscais, em subsídios, em comissões sobre escalas de produção, em cotas promocionais, entre outros.

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, e a processos e matérias-primas específicas etc.

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de *marketing*), a informações compartilhadas e propagadas, a parcerias, a consórcios, a informações ocultadas, à proximidade de fornecedores, à terceirização, à subcontratação, à utilização da marca etc.

Os recursos simbólicos são baseados no conhecimento e no reconhecimento, como a imagem (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; esse tipo de poder funciona como uma forma de crédito, sustentada pela confiança ou pela crença naqueles que estão dispostos a atribuir créditos.

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos, que estão no entorno do território citrícola paulista, e também são referentes à capacidade de formular políticas públicas de proteção social, as quais possibilitam a formação de uma rede social sólida e incluyente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidades, reciprocidade, etc.).

Todos os recursos de poder serão buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização. Cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos irá determinar a atuação e também a posição na cadeia.

3. Retomando o diálogo com a teoria: redes sociais e a cristalização da segurança alimentar local

Os processos de construção das políticas de segurança alimentar podem produzir, nos lugares, o desenvolvimento do capital social local.

O capital social não é, como as vezes é descrito, um raro tesouro cultural transmitido de uma geração à outra, algo que, caso seja perdido, nunca poderá ser recuperado. Ao contrário ele é criado o tempo todo por pessoas que estão cuidando de suas vidas diárias. Ele era criado em sociedades tradicionais e gerado diariamente por indivíduos e organizações numa sociedade capitalista moderna. Na verdade, o capital social torna-se mais importante à medida que a tecnologia avança, as organizações achatam suas estruturas gerenciais e redes substituem hierarquias como maneiras para estruturar negócios (FUKWYAMA, 2002).

O conceito de capital social vem sendo há algum tempo discutido por cientistas sociais nas mais diversas áreas. Putnam (1993:167) visualizou o capital social como um conjunto de associações horizontais entre pessoas que cooperam para o benefício mútuo da comunidade regidas por um conjunto de fatores de organização social (como confiança, reputação e legitimidade de pessoas e grupos, assim como normas, reciprocidade, intensidade e velocidade das relações) que possam melhorar o bem-estar da sociedade através de ações coordenadas. Considera que as evidências históricas indicam que os fatores sócio-culturais, como tradições cívicas, capital social e práticas colaborativas têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais e destaca sua importância nas estratégias de desenvolvimento locais (PUTNAM, 2000).

A sua concepção se restringe a uma compreensão determinista sob o ponto de vista histórico e cultural, na qual não é possível que se crie ou se forme capital social em locais onde esteja ausente, pois o capital social é determinado, exclusivamente, pela disponibilidade de atributos culturais que existem em uma determinada sociedade. Argumentos que vão além dessa visão dizem que os sistemas sociais não são influenciados somente por questões culturais, mas, também por componentes sociais, onde os agentes sociais podem promover mudanças e alternativas de “rotas” no processo de desenvolvimento. Tais modificações ou rupturas podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos culturais e práticas sociais que promovam a formação de capital social. Além deste, há o argumento de que o Estado cumpre uma função importante para a formação do capital social, com vários estudos, principalmente no campo do neo institucionalismo, demonstrando a importância do Estado para o desempenho da função “coercitiva” ou “protetora” das relações sociais geradoras de capital social (CASTILHO, 2001).

Os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman elevaram o status de capital social a um tópico específico de estudo, tentando entender como indivíduos inseridos em uma rede de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes. Ampliou-se esta definição ao incluir relações verticais, caracterizadas por relações hierárquicas e distribuição desigual de poder. Uma terceira visão de capital social passou a incluir o ambiente político e social que forma a estrutura social e estabelece normas para seu desenvolvimento.

Coleman (1994:300), uma das principais referências nessa formulação conceitual, considera que o capital social está sujeito a uma lógica de acumulação e reprodução, determinada pelas escolhas racionais dos atores sociais no estabelecimento de estrutura de relações instrumentalmente associadas à eficácia da ação coletiva. Deixa de lado na sua abordagem todos os aspectos subjetivos das relações sociais que fogem à racionalidade, desprezando todas as contribuições da Sociologia moderna que reservam um espaço privilegiado para o simbólico e o imaginário.

Bourdieu (1980:67) utiliza um conceito de capital social mais amplo, definido como “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotadas de propriedades comuns, mas também são unidas por ligações permanentes e úteis. Essas relações são irredutíveis a relações objetivas de proximidade de espaço físico (geográfico) ou do espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade”.

A base dessas explicações pode ser complementada a partir do campo teórico da sociologia econômica, com destaque para Granovetter (1985), para quem as ações econômicas são determinadas pelo modo como se dão as relações sociais entre os agentes aí envolvidos. Essas

relações econômicas estão imersas em redes de relações sociais, fundamentadas no poder estabelecido pela confiança recíproca, tanto para o desenvolvimento das interações de mercado quanto para o estabelecimento de laços sociais mais abrangentes.

Collier (1998) remete ao conceito de capital social governamental, tratando capital social como ambiente institucional. É uma abordagem mais genérica, na qual considera como componentes do capital social o ambiente político e social que contribui para eficiência produtiva estática e dinâmica. Inclui, portanto, a qualidade do governo, do sistema jurídico e a garantia de liberdades políticas e civis dos indivíduos e Estado de Direito. Nesse sentido, o capital social é um sinônimo de “boas” instituições.

Portanto, não há uma definição única e consensual que acerca o termo capital social. No presente trabalho focalizaremos o capital social com foco nas instituições. Significa relações sociais “institucionalizadas” na forma de normas e redes sociais.

O Capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social, ou a cola invisível que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

“Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados por religiões organizadas” (FUKWYAMA, 2002).

Nos países subdesenvolvidos, apesar da coesão entre os pobres permitir a existência do apoio mútuo em diversas situações, existem dificuldades para as intensificações das relações entre pobres e organizações executoras de políticas públicas, fazendo com que os governos atendam muito pouco às demandas da população de baixa renda. Nessas situações de carência de capital social entre grupos de posição social diferente, a população não participa ou pouco participa da vida pública. A eficiência do setor público é menor e este é mais permeável às pressões de grupos de interesse. É neste contexto de efetivação de uma sociedade pouco cívica que as redes de relações necessitam se organizar localmente em torno de um tema específico, como o da segurança alimentar. O processo de cristalização da política de segurança alimentar não ocorre em curto prazo, necessita da iniciativa governamental para ser alavancado.

Sem dúvida, a iniciativa do governante em nível municipal poderá facilitar a formação de uma rede de segurança alimentar. Ou seja, as relações de proximidade entre governo e cidadãos deverão contar significativamente para a cristalização da segurança alimentar em um município. Atores públicos municipais, especialmente do poder executivo, podem exercer papéis relevantes nos processos de coordenação de redes de segurança alimentar, através do estabelecimento de políticas públicas cujo objetivo seja o de potencializar as características das conexões em rede. Isto é, implementar regras mais claras e adaptadas à realidade local, facilitar a intensidade das relações dos atores envolvidos, expandir a velocidade dos programas e seus resultados, explorar a centralidade nas decisões para correções de etapas e metas dos programas, formalizar acordos necessários são elos de desenvolvimento.

Com estas ações é possível cristalizar nos atores envolvidos uma rede de segurança alimentar, sustentada no desenvolvimento do capital social local.

Nessa perspectiva, os efeitos deste tipo de coordenação em rede no Brasil, podendo envolver prefeituras municipais, empresas, grupos gestores, universidades, institutos de pesquisa, secretarias da administração pública, associações, sindicatos de agricultores e trabalhadores,

podem promover a formação da segurança alimentar local e, caso a agricultura familiar esteja inserida, também potencializar a economia do município, gerando emprego e renda.

4. Caminhos de pesquisa: a escolha dos consórcios diferenciados para investigação empírica e a formação da rede de capital social no município de Bebedouro-SP

Para o desenvolvimento do trabalho e os respectivos objetivos, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória para mapear os consórcios existentes nas principais regiões administrativas do território citrícola paulista (Barretos, Central, São José do Rio Preto e Campinas) no qual foram delimitados os três consórcios com contrapontos de atuações diferenciadas a ser objeto da investigação empírica.

Foram realizadas entrevistas abertas, através de roteiros pré-definidos, com os produtores “líderes” dos consórcios, os responsáveis pela administração, os fiscais de campo e de recursos humanos.

A seleção dos consórcios para investigação empírica se deu pela caracterização desses no território paulista. São redes de cooperação sociais assimétricas, que se caracterizam pela presença de um agente central (empresas administradoras ou representantes dos consórcios), pela existência de contratos informais ou formais com especificações dos serviços negociados (execução da colheita), e com um conjunto de recursos de poderes diferenciados (“ideais” e “espúrios”) de acordo com seus objetivos de atuação. O presente trabalho irá focalizar a atuação do consórcio com características ideais, que possui amplo conjunto de recursos de poder e apresenta elementos que se cristalizam como alternativas de inclusão social.

A inserção do suco de laranja natural pasteurizado na merenda escolar do município de Bebedouro-SP foi concretizada a partir do contato dos pesquisadores com o ambiente público educacional, tendo como abordagem de pesquisa a qualitativa e como mecanismo de coleta de dados a realização de entrevistas com agentes envolvidos no processo.

No desenvolvimento do estudo empírico, a rede de capital social começou a se formar com o cadastramento dos citricultores interessados em participar do programa de inclusão suco de laranja natural pasteurizado na merenda escolar. Após o cadastramento, as reuniões foram marcadas semanalmente pela prefeitura municipal, ator coordenador, com o objetivo de informar os procedimentos necessários para a participação dos interessados. Importa ressaltar que os citricultores necessitam desse tipo de informação rapidamente por causa do planejamento de venda da safra. A empresa processadora do suco que entrou como parceira da prefeitura municipal no programa por meio de mecanismos públicos de seleção - edital de licitação de preços - esteve presente desde as primeiras reuniões e facilitou a disseminação dos procedimentos e do estabelecimento de um cronograma para a compra da produção dos pequenos citricultores. As reuniões semanais possibilitaram transferir para os citricultores as informações necessárias para a participação no programa desenvolvido em torno da temática de segurança alimentar em circuito amplo.

5. O consórcio transitório “ideal” e os recursos de poder: o grupo Citrus Novo de Novo Horizonte - SP

O grupo Citrus Novo foi formado em 1992 por 10 produtores para a comercialização conjunta da laranja, desejavam com isso melhores condições para a comercialização e para a compra de insumos. Em 2005, o grupo constituiu um consórcio com 100 produtores de laranja, estes têm suas propriedades localizadas nas cidades limítrofes de Novo Horizonte - SP.

No início dos anos 90, alguns produtores tradicionais de laranja sentiram a necessidade de se unirem, com o objetivo de negociar suas produções com as indústrias, de maneira a conseguirem, basicamente, duas condições fundamentais que norteavam a dinâmica setorial

naquele momento. Tais condições referiam-se a maiores preços e melhores condições de pagamentos pela caixa da laranja, apesar dos elevados valores que estavam sendo pagos naquela safra.

Após essas conquistas, foram focalizados outros objetivos, como a compra conjunta de insumos e de maquinários, além da assistência técnica especializada. Ainda, passou-se a visualizar um aproveitamento rotativo de trabalhadores rurais, isso ocorreu apenas com trabalhadores envolvidos nos tratos culturais e profissionais liberais especializados, como maquinaristas, engenheiros, técnicos agrícolas, administradores e contabilistas.

Ao longo dos anos, o grupo foi crescendo em número de produtores e em sua estrutura administrativa e técnica, mas todas as decisões tomadas, desde o princípio, seguiram a lógica da escolha da maioria. As reuniões sempre foram e são realizadas periodicamente de forma semanal ou quinzenal e a participação dos produtores é intensa e contundente. Os líderes nascem de forma espontânea e não são eleitos pelos membros, mesmo assim, em muitas decisões importantes, as posições deles não são as que prevalecem, mas sim o voto da maioria.

Nesse caminho, o processo de incorporação de novos produtores sempre ocorreu por iniciativa de fora para dentro, mas em muitas ocasiões esses desejos foram indeferidos pela maioria do grupo. A inserção de novos associados somente se concretiza caso o produtor tenha o espírito coletivo reinante no grupo, além de uma produção moderna e dinâmica e, acima de tudo, uma visão política e social aguçada. Atualmente são 100 produtores, mas poderiam ser 400, se tivessem aceitado todo o pedido de incorporação de novos associados. Os produtores são diferenciados em tamanhos e em desenvolvimento tecnológico, mas os benefícios atingidos são unificados. O preço da caixa da laranja vendida por um produtor que comercializa um milhão de caixas, é o mesmo de um pequeno que comercializa dez mil. Outras vantagens conseguidas também são universalizadas, como o direito igualitário de voto.

O grande entrave na trajetória do grupo Citrus refere-se a questões financeiras e de logística, pertinente à realização da colheita. Após a indústria deixar de realizar essa atividade e repassá-la ao produtor pós-contrato-padrão, o desafio foi organizá-la de forma a respeitar os direitos trabalhistas e a atender a necessidade pontual de cada produtor, mas isso não foi possível até 2005. Primeiro, porque a partir de 1996 terceirizou sua colheita por meio das falsas cooperativas e sofreu graves transtornos trabalhistas e financeiros. Em 2002, repetiu-se o erro, pois terceirizou via empresas prestadoras de serviço. Nesse sistema, a colheita ficou bem acima da média do mercado e gerou inúmeras ações trabalhistas. Segundo, porque apresenta um número amplo de produtores, bastante diversificado tecnicamente, o que dificulta a realização da logística da colheita. Isso traria vários contornos na unidade do grupo, pois com certeza muitas reclamações e ações oportunas iriam ocorrer e provocar a deterioração das relações entre os produtores. Finalmente, porque duraram três anos as discussões sobre o modelo dos consórcios de produtores e a construção de uma estrutura organizacional mais adequada às especificidades desse modelo.

No momento em que se constituiu o consórcio, os produtores estavam totalmente esclarecidos das vantagens e transtornos que este sistema pode proporcionar. Também estavam conscientes da necessidade de trabalhar internamente a questão administrativa, e não de maneira terceiriza.

Então, foi criada uma equipe composta por vinte funcionários especializados e comandados por uma diretoria técnica de produtores, eleitos em plenário, subordinada pela diretoria geral do grupo, anteriormente constituída. Desse modo, o sistema de decisões ocorre em vários níveis, dos funcionários para os trabalhadores, da diretoria técnica para com esses e entre as diretorias. Todas as decisões são tomadas em reuniões e assembléias gerais, que ocorrem duas vezes ao mês, com a

presença de aproximadamente 90% dos produtores. Os assuntos envolvem desde questões fundamentais de negociações de preços e de formulação de contratos, até problemas pequenos relacionados às colheitas e aos trabalhadores nelas envolvidos.

Ao participar de algumas reuniões do grupo de consórcio no ano de 2005, presenciamos discussões que foram desde o rompimento ou a reformulação do contrato do grupo com a indústria de suco ainda em vigor, até questões que envolviam brigas entre trabalhadores nos pomares. Nessas reuniões não há hierarquias formalizadas e nem influências de alguns líderes que participam da organização desde o início. A pauta é colocada pela diretoria, abre-se espaço para discussões e o voto é proporcional e simples. Houve uma assembléia final para decidir a formalização ou não de um contrato de três anos com uma indústria da região e alguns pontos foram colocados em votação. Os membros da diretoria votaram contrários a esses pontos, mas a grande maioria dos produtores votou favorável e o contrato foi assinado. Mesmo assim, não ocorreu nenhum tipo de coação e mudança nas regras de funcionamento do grupo. Infelizmente, passou-se o primeiro ano de contrato e esse não foi benéfico para a coletividade e as discussões para quebra ou reformulação desse contrato reiniciaram e a vontade da maioria caminhou no sentido de rompimento e de busca de outra empresa para comercialização.

As reuniões feitas com os trabalhadores rurais são realizadas com menos freqüência, pois as decisões relativas a essa categoria são tomadas em duas frentes. Uma delas são as frentes pontuais, as quais se refletem no trabalho diário nas propriedades, e são discutidas com os produtores e com os fiscais de campo. Frisa-se que se resolvem questões sobre: falta de emprego, baixa produtividade, brigas e manipulação incorreta nos pomares. Todas as decisões são analisadas em conjunto com os trabalhadores envolvidos.

As questões que abrangem o conjunto da categoria são discutidas com os sindicatos dos trabalhadores locais, atores coletivos muito representativos, que possuem dirigentes confiáveis e amigáveis.

Ressalte-se que os assuntos coletivos são de suma importância tanto para empregados quanto para empregadores e referem-se: ao preço pago ao trabalhador pela caixa colhida, à estabilidade do emprego durante a safra, a marmitas térmicas, a materiais de proteção, à questão do transporte adequado desses trabalhadores. No ano de 2005, realizaram-se 10 reuniões com os sindicatos locais e a presença dos produtores consorciados, dos fiscais de campo e de alguns líderes de trabalhadores nessas reuniões foi maciça, em torno de 80%.

Esse envolvimento contribuiu para alguns resultados expressivos tanto para os trabalhadores rurais, que tiveram todos seus direitos respeitados, quanto para os produtores rurais, pois foram reduzidos vários processos relacionados a reclamações trabalhistas, aos acidentes de trabalho, ao absenteísmo, à perda da produção pela colheita, sendo assim notou-se uma evolução na produtividade do trabalho.

Também, outras ações sociais conjuntas foram delineadas e executadas pelo consórcio e pelo sindicato, como a implementação de cursos de especialização para os trabalhadores e seus familiares (informática, costureira, cabeleireiro), bem como inúmeras ações sociais emergenciais, como cestas básicas de alimentos, atendimento médico gratuito e tratamento para alcoolismo. Já, os donos dos ônibus que transportam os trabalhadores foram beneficiados com a abertura de uma linha de crédito, junto a uma instituição financeira, para adequação e melhoria desses veículos.

No final da colheita foi realizada uma grande confraternização que envolveu todos os produtores, funcionários, sindicatos e trabalhadores rurais e ocorreu sorteio de prêmios e inúmeras atividades sociais. Mas, o mais importante foi o reconhecimento da relação de reciprocidade entre os atores e a conscientização de ações e metas necessárias para um funcionamento adequado do sistema no qual todos foram privilegiados.

Além dos recursos constitucionais e jurídicos que estão consolidados e foram legitimados nesse consórcio, destacam-se os recursos financeiros e sociais alcançados por essa organização. A formação do grupo e sua atuação possibilitaram aos produtores nelas envolvidos um aumento do preço da caixa de laranja até 30%, valor superior ao praticado no mercado, com prazos amplos de contrato e condições favoráveis de pagamentos. Os financiamentos de insumos e maquinários foram realizados com instituições financeiras ou por linhas de financiamento em condições propícias, isso possibilitou aos produtores um bom tratamento de seus pomares, também uma renovação periódica de seus maquinários e ainda a perspectiva de arcarem com todas suas obrigações financeiras pré-estabelecidas. Muitos produtores nem mais precisam de qualquer tipo de auxílio para arcar com os gastos de suas propriedades, ao contrário do que ocorre com o conjunto dos citricultores do território paulista. Isso propiciou uma atuação social significativa e um reconhecimento da sociedade local para com a organização. Periodicamente, asilos, Santa Casas e entidades assistenciais recebem auxílio, seja na forma de dinheiro e equipamentos ou até mesmo sob a forma administrativa. Um exemplo é a Santa Casa, cuja diretoria é formada por membros do consórcio que somente, no ano de 2005, doou 120 mil reais e um raio X, e na APAE as festas promovidas pelos consórcios foram fundamentais para sua manutenção.

O grupo mantém uma ligação muito próxima com o poder local que os vê com bons olhos, já que traz significativos recursos aos cofres municipais na forma de impostos. Ao lado dos governantes, os consortes tomam iniciativas no âmbito da infra-estrutura institucional, como por exemplo, na formação de secretarias municipais, nas prefeituras de bairros, nos conselhos municipais, nas associações comunitárias e sindicatos. Com isso, visam sempre a melhoria do bem estar social da comunidade e buscam iniciativas que promovem o desenvolvimento, não somente da organização em si, mas também de todo o conjunto de atores produtivos e não produtivos locais. Denota-se desse modo, que são buscados recursos, não apenas para a construção de estradas municipais, como também para a construção de moradias para camada marginalizada, principalmente os trabalhadores rurais, cursos de qualificações, etc.

Os recursos organizacionais referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centro de treinamentos, agências de marketing) são pouco utilizados pelos produtores. Eles criaram um consórcio de profissionais exclusivos para fornecerem assistência técnica nas propriedades e, também, para ministrar seminários e cursos periódicos para os produtores rurais visando transferência de informações.

As vantagens organizacionais são estabelecidas devido à proximidade dos produtores locais com os fornecedores de insumos, e também devido à proximidade das indústrias processadoras de suco concentrado o que reflete na concentração técnica e econômica da produção e em uma condição logística favorável. Mesmo contendo produtores num pequeno raio de ação, o consórcio desenvolveu *polls* de venda e de compra e em cooperativas de comercialização de maneira a visar um maior poder de barganha.

A quadro seguinte apresenta uma síntese da atuação no histórico do consórcio, destaca os dados quantitativos e qualitativos dos atores individuais e coletivos envolvidos. A partir dessas informações é delineado o quadro dos recursos de poder desse consórcio. Estes quadros foram construídos de modo a facilitar a leitura conjunta dos indicadores e fatores envolvidos como eixo de investigação. Representam, portanto, o resultado do trabalho de pesquisa empírica realizadas junto a consórcios diferenciados em suas práticas.

Quadro 1 – Síntese dos dados quantitativos e qualitativos do consórcio com práticas “ideais” – Grupo Citrus Novo de Novo Horizonte - SP

Nome da empresa
Ano de Fundação do grupo

Grupo Citrus Novo – Novo Horizonte – SP
1992

Número de produtores fundadores do grupo	10
Ano de fundação do consórcio	2005
Número de produtores fundadores do consórcio	100
Cidades de atuação	Novo Horizonte; Borborema; Irapuã e Catanduva
% de permanência dos produtores nos consórcios	100%
Número de trabalhadores rurais na safra	4000
Número de trabalhadores na entressafra	400
Índice de troca de trabalhadores	2% em cada safra
Perfil das propriedades consorciadas	80% de pequenos; 15% de médios e 5% de grandes
Produção média anual	5.000.000 de caixas, sendo 30% de pequenos; 40% de médios e 30% de grandes produtores
Principais destinos da produção	95% para indústria; 5% para mercados
Formas de venda	100% em grupos
Forma de compra de insumos	95% em grupos e 5% individualmente
Local da compra de insumos	90% em cooperativas e 20% em casas de insumos
Financiamento para custeio	60% dos produtores sendo que 40% no PRONAF
Financiamento para investimentos	30% em maquinários e irrigação principalmente em custeio
Número de assistência técnica anual	10 realizadas em sistema de consórcios
Preços médios de venda da fruta	3,50 dólares posta na fábrica
Participação (%) em associações de produtores	5%
Participação em sindicatos de produtores	95%
Custo da colheita (caixa grande) – safra 2005/2006	R\$ 1,42
Processo de escolha do líder dos consórcios	Não houve escolha e sim de forma espontânea e natural
Formação dos consórcios	Amizades e grupos familiares
Remuneração do trabalhador (caixa pequena)	R\$ 0,43 mais acertos finais
Taxa de administração	Administração não é terceirizada
Número de funcionários diretos e indiretos	10 diretos e diretores que são os próprios produtores
Número de reuniões anuais com os produtores	24
% de frequência nas reuniões dos produtores	90%
Principais assuntos discutidos nas reuniões	acordo coletivo; logística de colheita; custos; ações sociais; negociação da caixa de laranja e ingresso de novos produtores
Número de reuniões com os trabalhadores	12 reuniões anuais e realizadas em conjunto com os sindicatos de trabalhadores
% de frequência nas reuniões dos trabalhadores	Presença dos líderes dos trabalhadores, representantes dos sindicatos e produtores consorciados
Principais assuntos discutidos nas reuniões	preços; acordo coletivo; transporte; equipamentos e ações sociais
Número e motivos de ações trabalhistas 2005	5 devido a acertos finais (horas extras) e acidentes de trabalho
Taxa de redução anual das ações trabalhistas	200%
Absenteísmo/dia	2% por motivos de alcoolismo e doenças
Produtividade média por trabalhador	80 caixas /dias dependendo dos pomares
Processo de seleção dos trabalhadores	Sem antecedentes criminais e indicação dos sindicatos
Nível educacional dos trabalhadores	30% de analfabetos; 40% até 4 série e 30% até oitava série
Nível educacional dos produtores consorciados	30% até 4 série; 30% até oitava série; 20% até 3 colegial e 20% com nível superior
Relação com sindicatos de produtores rurais	ótima relação execução de cursos de treinamento e

Relação com sindicatos de trabalhadores rurais	especialização Boa relação com realização de cursos de especializações e colaboração social aos trabalhadores rurais
Relação com o poder público e organizações civis	ótima relação e execução de projetos de parceria visando a inclusão social
Ações sociais	APAE, Santa Casa e com trabalhadores rurais etc

Fonte: Pesquisa de Campo 2005.

Quadro 2 - Síntese dos dados quantitativos e qualitativos do consórcio com práticas “ideais” – Grupo Citrus Novo de Novo Horizonte - SP

RECURSOS DE	DESCRIÇÃO	RECURSOS
PODER		Consórcios SILUAM
Constitucionais	Regras e normas legitimadas	++
Políticos	Status Público atribuído pelo Estado	++
	Poder de representação	++
	Poder de aglutinação	++
Financeiros	Financiamento adequado	++
	Incentivo fiscal modificado ou concedido	+
	Subsídio modificado ou concedido	0
	Comissões sobre escala de produção	+
	Cotas promocionais	0
Tecnológicos	Conhecimento adquirido	+
	Tecnologias gerenciais e da informação transferidas	+
	Processos ou matérias-primas específicas	0
Jurídicos	Direitos de propriedade intelectual	0
	Recursos antidumping	0
	Ajuizamento de ações	++
Organizacionais	Infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centro de treinamento, etc.)	+
	Informações compartilhadas	++
	Parcerias	++
	Consórcios	+
	Informações ocultadas	+
	Proximidade de Fornecedores	++
	Terceirização e sub-contratação	++
	Concentração técnica e econômica da produção	++
	Integração para frente ou para trás	++
	Condições edafoclimáticas e de logística favoráveis	++
	Maior aproveitamento de subprodutos do processo produtivo	--
	Diferenciação do produto	--
	Formulação de <i>pools</i> de comercialização	++
	Elaboração de contratos de fornecimento	++
Sociais – capital social	Confiança, Grupos, Civilidade, Reciprocidade	++
Simbólicos	Conhecimento e o reconhecimento da imagem; poder que funciona como uma forma de crédito, ele supõe a confiança ou a crença	++

Fonte: Elaboração Própria (2005).

++ = muito forte; + = forte; -- = muito fraco; - = fraco e 0 = recurso ausente no sistema de consórcios.

6. As políticas de segurança alimentar nos espaços locais e regionais

A segurança alimentar se desenvolve ao redor de novos valores socialmente construídos e compartilhados, como a nutrição e a saúde das pessoas, a sustentabilidade do meio ambiente, a autenticidade da produção do alimento, dentre outros. O objetivo dessa construção é alcançar a funcionalidade e a adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população. O que significa introduzir valores solidários nas esferas do consumo e da produção alimentar. Assim, a noção de segurança alimentar é ampla e abrange todos os segmentos que produzem e distribuem alimentos agricultura, indústria, serviços e comércio, sendo determinada por cinco eixos: saúde, higiene, meio-ambiente, autenticidade, solidariedade, e os que são potencializados com investimentos de capital social.

O primeiro é o da noção de saúde, com suas dimensões dietética e farmacêutica, ambas ligadas à composição nutricional dos alimentos (o conteúdo protéico, de fibras, colesterol etc.). Para tal, a educação alimentar da população carente é fundamental.

O segundo eixo é o da higiene dos alimentos, com a ausência dos elementos tóxicos e nocivos às pessoas. Essas noções estão indissociavelmente ligadas à necessidade de informação, de garantias e controles sobre as condições de produção e distribuição dos alimentos, e sobre as normas de embalagem. Enfim, as normas, fiscalizações e certificações dos produtos alimentares são cruciais.

O terceiro eixo é o ecológico, que corresponde à produção de alimentos sem riscos tóxicos e a reivindicação do respeito ao meio ambiente, porque a demanda alimentar concerne tanto à qualidade do alimento quanto à maneira de produzi-lo, e a ecologia é um valor crescente nos hábitos de vida da população. Tanto que, nos países desenvolvidos, há relevantes movimentos de apoio dos consumidores pela preservação do meio ambiente.

O quarto eixo é o da autenticidade, que se refere aos valores tradicionais da produção agroalimentar, a valorização da origem dos produtos e as especificações dos processos produtivos da agricultura e da indústria alimentar. Enfim, são os ideais do saber fazer.

O quinto eixo é o da solidariedade, no qual os valores morais e ideológicos impulsionam as participações da população bem nutrida e dos governantes em ações humanitárias no processo de consumo, através da compra de um produto socialmente correto em vez de outro. Nestes casos, o preço a ser pago para o produto pode até ser mais elevado porque privilegia a produção agrícola marginalizada (de assentamentos rurais, pequenas propriedades familiares, propriedades com ausência da mão-de-obra infantil etc.). Muitos exemplos existem, como o comércio justo internacional ou os mercados institucionais municipais que estão crescentemente sendo utilizados por atores sociais imbuídos do intuito de cristalizar o eixo solidariedade da segurança alimentar no mundo capitalista.

A essência de trabalhar a política de segurança alimentar de maneira ampla é não abarcar somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas, também, como já foi salientado a melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, focalizando o eixo da solidariedade.

Trabalhar o eixo da solidariedade é desenvolver valores morais e ideológicos que possam impulsionar a participação da população bem nutrida e dos governantes em ações humanitárias no processo de consumo, através da compra de um produto socialmente correto em vez de outro. Nestes casos, o preço a ser pago para o produto pode até ser mais elevado porque privilegia a produção agrícola marginalizada, de assentamentos rurais, pequenas propriedades familiares, propriedades com ausência da mão-de-obra infantil, etc. Muitos exemplos existem, como o comércio justo internacional ou os mercados institucionais municipais, que estão crescentemente

sendo utilizados por atores sociais imbuídos de cristalizar o eixo solidariedade da segurança alimentar no mundo capitalista.

As ações do tipo food security (quantidade alimentar) e food safety (qualidade alimentar) estão contempladas em todos esses eixos. São diversas acepções de segurança alimentar que associam, em graus diversos, a qualidade substancial ou física dos produtos, composição nutricional, grau de toxidade, quantidade de calorias, propriedades gustativas e sua qualidade institucional, levando-se em conta os efeitos provocados pelos processos de produção e de comercialização alimentar no meio ambiente e no contexto social. Assim, existe um componente da demanda que abarca a qualidade externa e que se refere, portanto, às composições política, cultural e social da qualidade alimentar

Uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação e temáticas de intervenções: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. A primeira dimensão se refere à produção de alimentos nas áreas rurais e urbanas, como assentamentos rurais, pequenas propriedades nas quais prevaleçam a agricultura familiar e hortas urbanas (comunitárias e escolares). Nesse aspecto há necessidade de intervenções que visem o desenvolvimento da capacitação do associativismo da agricultura familiar e das comunidades urbanas do município ou região e cursos de qualificação para produtores e trabalhadores rurais. A segunda dimensão abrange programas de distribuição suplementar ou emergencial de alimentos a grupos específicos, como nas áreas de alimentação escolar, hospitais, instituições de caridades, penitenciárias etc. A terceira dimensão está relacionada ao acesso de alimentos incluindo ações no campo de abastecimento e comercialização e a quarta dimensão, do consumo, engloba a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização e treinamento dos consumidores e outros atores produtivos e públicos envolvidos na política. Essas últimas dimensões necessitam de intervenções temáticas nos âmbitos das tecnologias de gestão de alimentação e abastecimento institucional que visam à consolidação das redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, as quais abarcam ações como: inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

7. O Programa “Frutos da Vida” em Bebedouro –SP: formação de uma rede de capital social

O projeto intitulado “Frutos da Vida” foi criado pela prefeitura de Bebedouro – SP – cidade da laranja - no segundo semestre de 2002 e teve sua consolidação nos anos de 2003 e 2004. Seu objetivo foi de fornecer um melhor produto (suco pasteurizado natural de laranja) na merenda escolar das escolas municipais e estaduais, sendo a fruta adquirida de pequenos produtores locais; colhida por trabalhadores rurais registrados, recebendo salários dignos e cursos de qualificação; processada em uma pequena unidade industrial do município embalada e distribuída pela central municipal de alimentos. Todo esse processo, desde a colheita da fruta ao copo das crianças durava, no máximo, dois dias.

Num contexto de desenvolvimento local foi constituído e consolidado o programa Frutos da Vida na cidade de Bebedouro, localizada na macrorregião Ribeirão Preto, que tem no setor agroindustrial citrícola, o eixo fundamental de desenvolvimento, devido aos grandes impactos que as transações citrícolas causam nas gerações de emprego e renda da população do município. Sabe-se que o setor citrícola paulista está sofrendo um processo de reestruturação, com mudanças relevantes nas relações institucionais, de produção e de poder (PAULILLO, 2000). Ao contrário,

uma agenda de pesquisa voltada à discussão dos efeitos negativos sociais e ambientais do agronegócio tem mostrado sinais de alerta, especialmente nas questões de poluição e contaminação das águas subterrâneas.

O Programa Frutos da Vida tem como fonte de matéria-prima a laranja comprada de pequenos e médios produtores de laranja do município que se encontram em situação de exclusão. Durante a execução, o projeto articula-se ao ideal de política local do programa de segurança alimentar do governo federal, na medida em que buscou proporcionar à população mais trabalho e melhor renda através da valorização da produção familiar, como também proporcionar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Dois objetivos foram preponderantes: o primeiro deles é referente à qualidade do suco de laranja, uma vez que o suco deste projeto é fresco, passando apenas pelo processo de pasteurização, oferecendo uma merenda de qualidade aos alunos da rede escolar municipal e estadual, com nutrientes que possam colaborar para o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos, enfrentando o problema de deficiência alimentar das crianças e adolescentes da rede de ensino público e, ao mesmo tempo, criando o hábito do consumo do suco de laranja. O segundo elemento refere-se à questão social, já que a laranja comprada para a fabricação do suco pertence a pequenos e médios produtores que estão em dificuldades para escoar sua produção pelas vias tradicionais, indústria de suco e *packing-house* de fruta. Por fim, vale ressaltar que o referido programa tem a preocupação de gerar emprego e renda aos trabalhadores rurais, oferecendo salários superiores aos da categoria e garantindo todos os direitos trabalhistas, além de cursos profissionalizantes.

Situação que nos permite afirmar que está se criando no município de Bebedouro uma rede de capital social cujos fatores de organização social são a cooperação, parceria, solidariedade e autenticidade da produção de laranja e do suco natural, não apenas se mantendo uma cadeia de produção na qual sempre prevaleceram mecanismos de exclusão, concentração produtiva, barreiras econômicas e políticas discriminatórias.

A tabela seguinte apresentada mostra a rede de fatos investidos nesta experiência que tem mostrado, de maneira concreta, a possibilidade de uma política de segurança alimentar local que vem, efetivamente, se mostrando como contraponto ao complexo agroindustrial. A formação de uma rede de capital social vinculada à produção de laranja e distribuição de suco na merenda escolar de um município citrícola do interior paulista oferece ricos elementos de análise aos pesquisadores que objetivam discutir, além dos processos macro-estruturais globais, alternativas de inclusão social no plano local.

A tabela seguinte apresenta uma síntese em números do programa de inserção do suco de laranja natural pasteurizado na merenda escolar de Bebedouro-SP, durante os períodos de safra e entressafra de 2004, quando a rede de capital social foi implementada. Destacam-se os atores sociais coletivos envolvidos, as crianças atendidas, o total de litros de suco de laranja que foram distribuídos e a perspectiva de entrega de suco em grande parte do ano letivo.

Tabela 2 - Síntese do programa de inserção do suco de laranja na merenda escolar do município de Bebedouro: atores envolvidos, quantidade total e custo médio do suco distribuído em 2004.

Atores públicos e privados participantes	Prefeitura Municipal de Bebedouro, Secretaria da Agricultura de Bebedouro, Secretaria da Educação de Bebedouro, Secretaria da Saúde de Bebedouro, Universidade Federal de São Carlos, Natura Citrus (empresa processadora de suco), central de abastecimento popular do município.
Atores coletivos participantes	Associação dos Agricultores Familiares de Bebedouro, Sindicato Rural de Bebedouro, Sindicato dos Trabalhadores

	Rurais de Bebedouro, Casa da Agricultura de Bebedouro, Associtrus (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo), AMCISP (Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo).
Total de escolas e creches	16
Crianças atendidas	14.000
Número de citricultores envolvidos	40
Trabalhadores rurais envolvidos (safra e entressafra)	22
Quantidade produzida de suco de laranja (litros)	320.000
Unidades (saquinhos 200 ml)	1.600.000
Dias de distribuição no ano	200
Dias de entrega na semana	3
Custo médio por litro de suco	R\$ 1,09
Total de recursos financeiros	R\$ 350.000,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

As principais características estruturais da rede de capital social que começou a se formar em torno da citricultura e da merenda escolar de Bebedouro estão apresentadas sinteticamente na tabela 3. Os pesos apontados para cada uma dessas características foram atribuídos pelos atores participantes do programa durante a aplicação de um questionário estruturado em pesquisa de campo.

TABELA 3 - Caracterização da rede de capital social da pequena citricultura de Bebedouro-SP.

Características dos membros	Peso	Características das conexões	Peso
1. Transferência de informação	***	1. Regras	*****
2. Legitimidade	*****	2. Centralidade	*****
3. Reputação	****	3. Intensidade	***
4. Cooperação	****	4. Velocidade	*****
5. Transparência	*****	5. Informalidade dos contatos	****

Legenda: Muito Forte (*****); Forte (****); Regular (***); Fraco (**); Muito Fraco (*) – Fonte: Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

No plano das relações estruturais da rede as regras estabelecidas para o funcionamento do programa e a centralidade das decisões pela prefeitura municipal foram as mais relevantes desde o começo do processo de inserção do suco na merenda. Conseqüentemente, a velocidade das decisões entre os atores públicos e privados foi um fator que pesou favoravelmente, tornando o programa funcional e ágil no contorno de problemas do dia a dia (distribuição rápida do suco, adaptação das merendeiras, busca da laranja nas propriedades rurais, armazenamento do suco em câmaras frias etc.). Assim, as dependências de rota puderam ser aperfeiçoadas segundo os interesses da prefeitura municipal em garantir a entrega regular do suco nas escolas e para isso os produtores de laranja tiveram garantia de pagamento sem atrasos.

As regras foram colocadas rapidamente pela prefeitura, que logo nos primeiros contatos com os atores produtivos interessados informou a todos sobre os procedimentos legais e jurídicos que eram necessários para este tipo de transação entre ator público e privado, envolvendo licitação de preços, carta convite ou leilão. A centralização deste programa sempre foi intensa,

pois a prefeitura teve que ser a responsável legal por todos os atos relacionados à transação dos frutos e ao processamento do suco. Uma particularidade da centralização do processo de desenvolvimento da rede foi que a prefeitura necessitou de assessoria especial de uma universidade pública para a coordenação do programa já que os agentes produtivos, principalmente, os citricultores não tinham qualquer conhecimento do modo de organização em rede com componentes definidos de cooperação e segurança alimentar (sustentada pelos eixos da saúde, higiene, solidariedade, autenticidade e meio ambiente), do funcionamento dos processos de compra e venda entre prefeitura municipal e citricultores do município. Além deste, a maioria estava totalmente alijada de informações vitais do mercado de laranja no país e no exterior, tais como formação dos preços, atualização dos custos de produção e referentes à dinâmica do complexo agroindustrial citrícola, com seus canais de suprimentos fortemente coordenados e uma rede política totalmente controlada pelas grandes empresas processadoras, as chamadas 4 C's, CUTRALE, CITROSUCO, CITROVITA e COIMBRA. Tal situação foi sendo modificada ao longo do processo.

As reuniões foram semanais nos primeiros seis meses e, depois, passaram a serem quinzenais. Isso significa que, desde o começo, a velocidade das conexões teve importância e intensidade dos contatos, apesar de ser mais significativa no começo da constituição da rede, também contribuiu para o interesse comum da rede. O fornecimento regular de suco nas escolas, seguindo o interesse principal da prefeitura, o pagamento em dia das caixas de laranja vendidas, atendendo ao interesse principal dos citricultores locais contam como fatores positivos no fortalecimento do programa. Durante todo o processo, os contatos mais informais entre os agentes foram um dos pilares de sustentação da rede, porque as equipes dos técnicos da prefeitura municipal e de assessoria da universidade pública buscaram os produtores constantemente em suas propriedades para passar informações e orientar sobre os processos de transação da laranja e a possível formação de uma associação de pequenos citricultores do município. A empresa processadora de suco, por estar envolvida no setor e também conhecer muitos citricultores locais há um tempo considerável, também colaborou para o funcionamento da rede com a intensificação de contatos informais.

Desde o início da formação da rede desenvolveu-se o processo de transferência de conhecimento entre os atores, prefeitura municipal, equipe universitária assessora do programa, equipe da secretaria agrícola, empresa de processamento, produtores de laranja, professores e diretores de escolas. As principais transferências deram-se nos seguintes pontos: formação de preços nos mercados tradicionais da cadeia citrícola no Brasil e no mundo para laranja e para sucos concentrado e natural pasteurizado; aprendizagem de formulação de planilhas de custos de produção, cursos de capacitação para citricultores e trabalhadores rurais; formação de pools de venda para a prefeitura, condução de condomínios rurais, formação de uma associação municipal de citricultores.

Por fim, deve-se salientar que a reputação do ator-coordenador da rede, a prefeitura municipal de Bebedouro foi consolidada durante a constituição do programa de inserção do suco de laranja na merenda escolar local, porque nos primeiros meses de 2003 os próprios citricultores lançavam dúvidas sobre o comprometimento da prefeitura com a consolidação do programa, já que envolvia dispêndios por parte deste ator público, dada sua imagem de não agir corretamente com o pagamento de fornecedores da prefeitura. Posteriormente, com o andamento do programa e as ocorrências de pagamentos regulares junto aos citricultores, a reputação da prefeitura como coordenadora da rede começou a mudar.

O envolvimento da prefeitura municipal nas organizações das reuniões com os produtores de laranja, (alijados de qualquer processo decisório no complexo agroindustrial citrícola

brasileiro, porque a rede política formada é totalmente coordenada pelas 4 C's), no programa da merenda escolar, na formação de uma associação de pequenos citricultores e no cumprimento diário dos pagamentos aos citricultores foram fatores determinantes da elevação da reputação da prefeitura junto aos demais participantes do programa. A legitimidade da rede formada foi alcançada, o que se reflete na frequência das transações, na formação de uma associação, de um grande pool de venda de caixas de laranja, na reavaliação constante dos preços junto ao mercado tradicional e no envolvimento de uma universidade pública, o que reforçou a credibilidade no programa.

8. Considerações Finais

Os consórcios de produtores rurais são redes de cooperação sociais assimétricas que tendem a consolidar como um novo modelo organizacional no território citrícola paulista, pois seus maiores benefícios ocorrem na esfera organizacional, não indicam irradiação do capital social dos pequenos e médios produtores e dos trabalhadores assalariados rurais. Ao mesmo tempo em que atendem às necessidades específicas de contratação de mão-de-obra dos pequenos e médios produtores de laranja sem gerar possíveis passivos trabalhistas, também impulsionam o grau de organização dos pequenos e médios produtores de laranja.

No seu estágio inicial, pode ser visto como um campo organizacional composto de organizações isoladas, especializadas e diferenciadas, que não se reconhecem no campo e que não compartilham valores. Com o passar do tempo, o campo pode ir se estruturando e as organizações reconhecendo a importância umas das outras, estreitando relacionamentos, aumentando interações e convergindo para o compartilhamento de valores. Conforme aumenta a estruturação, simultaneamente a diversidade entre as organizações abre espaço para a homogeneidade e, assim, as organizações passam a se tornar mais semelhantes e mais estáveis (etapa de campo institucionalizado). A evolução dos consórcios no território citrícola paulista pode seguir as etapas da formação de um campo organizacional. Atualmente, apresentam-se diferenciados e isolados, mas podem convergir para organizações com alto grau de interação, valores compartilhados e capacidade de obter recursos de poder.

A regionalização das políticas no território agroindustrial citrícola brasileira também pode oferecer novas oportunidades para a organização atual, de perfil excludente e precarizador do trabalho. Uma nova coalizão localizada de atores públicos e privados pode proporcionar um mecanismo de governança capaz de reduzir a exclusão no cinturão da laranja. Nesse mecanismo é necessária a participação dos governos federal, estatal e municipal, porque o diferencial de poder entre indústria e citricultura nunca foi tão brutal. A combinação das forças e dos interesses endógenos das regiões produtivas citrícola somente elevou o poderio da indústria e a debilidade do campo (agricultores e trabalhadores). As participações dos organismos públicos incidentes na região (estaduais e municipais) podem contribuir para uma nova interação estratégica citrícola e iniciar um movimento de redução do perfil excludente do cinturão.

Essas metas de política pública podem ser alcançadas em curtos e longos prazos. A mediação do governo estadual, através de suas agências regionais localizadas no cinturão citrícola brasileiro, e a instituição de uma organização *interprofissional* citrícola territorial são possíveis quando há um interesse geral reconhecido pelas partes envolvidas.

Um encadeamento agro alimentar não é igual ao outro. Em cada um deles atuam diferentes atores que se movimentam dentro das características dadas pela cultura local, pelo ambiente institucional e pelas expectativas econômicas. Isso significa que a operação de políticas públicas para cada caso requer soluções diferenciadas. Essas soluções tornam-se mais específicas naqueles encadeamentos agroindustriais que operam regionalmente, porque eles formam campos organizacionais em que a proximidade dos atores, cultura e a história local podem facilitar as

decisões de índole política. Isto é, o surgimento de uma nova estrutura de oportunidades é possível com a maior participação dos atores localizados no desenho do futuro coletivo territorial.

A formação de uma rede de capital social vinculada à produção de laranja e distribuição de suco na merenda escolar de um município citrícola do estado de São Paulo mostrou que é possível concretizar um estágio de segurança alimentar local que se reflete em valores nutricionais, autenticidade de produtos, saúde das pessoas, solidariedade a produtores agrícolas e perspectivas de inclusão a trabalhadores rurais marginalizados da rede agroindustrial citrícola. Além disso, esse processo pode mostrar o início da cristalização de uma rede de capital social.

Alguns aspectos de ordem geral abarcam a questão da especificidade dos campos organizacionais agroindustriais regionalizados. São eles: 1) viabilização da pequena propriedade agrícola, lócus da produção doméstica, e da melhoria das condições de trabalho rural, com condições estruturais para o seu desenvolvimento; 2) estímulo às micro e pequenas processadoras em consórcios e distritos agroindustriais; 3) coordenação de fluxos produtivos de alimentos básicos para o mercado institucional (escolas, creches, hospitais, penitenciárias etc.); 4) fomento à produção de bens agrícolas domésticos ou de hábitos alimentares locais/regionais; 5) criação e viabilização de assentamentos rurais que privilegiem as vantagens comparativas da agricultura local/regional.

Viu-se que com a participação dos poderes executivo, estadual e municipal, é possível adotar medidas para melhorar as condições de desemprego para trabalhadores rurais das regiões citrícolas. Isso contribuirá para a melhoria do bem-estar alimentar de parte da população marginalizada nas cidades citrícolas paulistas, principalmente na macrorregião de Ribeirão Preto. As Principais medidas complementares a uma política agroindustrial citrícola não-excludente são: a) incentivo ao associativismo como suporte de consolidação de uma câmara territorial citrícola; b) reorganização política dos trabalhadores; c) reconversão produtiva; d) atendimento as famílias desempregadas e; e) incentivo à formação dos consórcios de empregadores.

No caso da reorganização dos trabalhadores, é necessária uma diretriz básica de políticas que objetivem a recuperação do emprego, o aumento da renda e da organização política. Três eixos sustentam essa diretriz: 1. criação de cursos de reciclagem e qualificação dos trabalhadores safristas; 2. implantação de um programa de bolsa-escola, visando garantir a permanência de crianças de famílias rurais na escola, com o intuito de coibir a exploração do trabalho infantil na colheita da laranja; 3. programas de fortalecimento dos sindicatos através da maior conscientização e participação de seus associados. Isso pode ser alcançado através de uma parceria dos sindicatos com os consórcios de produtores, intermediado pela sociedade civil local (Prefeitura, Secretarias da Agricultura, Universidades e Representantes de Organizações civis).

9. Referências Bibliográficas

BOUDIEU, Pierre. *Le capital social. Actes de la recherche em sciences sociales*. Paris, n.31, 1980.

CASTELL, Manuel – *The Rise Of Network Society – The Information Age: Economy, Society and Culture* – Vol, 1- Blackwell, Publishers – Corwall, Grã Bretanha, 1996/1998.

CASTILHOS, D.S.B. Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Porto Alegre: UFRGS/IEPE/PGDR, Dissertação de Mestrado, 2001.

COLEMAN, James S. “ Social Capital in the Creation of Human Capital”, in **American Journal of Sociology**”, n.94, 1998.

COLEMAN, James S. **Foundations Of Social Theory** – The Belknap Press of Havard University Press – Cambridge, Londres, 1990.

- DOWDING, K. Model or metaphor? A critical review of the policy network approach. Oxford: Black Well Publisher. **Political Studies**, n. XLII, 1995.
- FOCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: **Vozes**, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura: A Natureza Humana e a Reconstituição da Ordem Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GRANOVETTER, MARK S. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness", **American Journal of Sociology**, 78: 1360-1380.
- PAULILLO, L. F. ; ALMEIDA, L.M. . Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate, Campinas-SP**, v. XI, n. 1, p. 45-67, 2005.
- PAULILLO, L. F. et al. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2002.
- PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000. 189.pgs.
- PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**. Touchstone, Rockefeller Center, USA, 2000.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REED, M. Teorização Organizacional: um Campo Historicamente Contestado. In: CLEGG, S.;